

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

FAMÍLIA E ELITES NO AGRO FLUMINENSE: CANTAGALO DO OITOCENTOS¹

Eliana Vinhaes Barçante*

Introdução

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante (...) STONE.²

O procedimento de investigação acima descrito, a Prosopografia, pretende recuperar as características básicas comuns de um grupo de atores na História, realizando um estudo coletivo de suas vidas. Procuramos combinar a atenção ao detalhe e o interesse por mudanças no tempo, utilizando as comparações para o levantamento de problemas e questões.

Buscamos focalizar a história de grupos sociais específicos e em região determinada, no tempo de uma geração. Vários trabalhos nesta linha marcaram a historiografia contemporânea, primando pelo ineditismo e excelência.³

O nosso estudo pretende o levantamento das relações sócio-econômicas existentes entre as elites agrárias de uma dada região – Cantagalo, situada no noroeste fluminense.

A noção de elites nem sempre é muito clara e, muitas vezes imprecisa e marcada pela percepção social que os diferentes atores têm sobre as condições desiguais dadas aos indivíduos, ao desempenharem seus papéis sociais e políticos. Esta imprecisão conceitual pode causar alguns inconvenientes para os especialistas, preocupados em dotar suas análises de “consistência científica”. Entretanto, podemos nos valer desta imprecisão e torná-la instrumental.

¹ Este texto foi elaborado no Doutorado UFF (1996), sob orientação prof Dr. João Luís Ribeiro Fragoso, não concluído. Foram feitas algumas atualizações.

* Mestre em História Social do Brasil (UFRJ). Docente UERJ/UNESA. E-mail: eliana@acquadunas.arq.br

² STONE, 1981apud HEINZ, 2006:19

³ L. Stone sobre a nobreza inglesa 1558-1641. E.P. Thompson sobre a classe operária inglesa do início do XIX. E. Le Roy Ladurie sobre os camponeses do Languedoc na França do XVIII. M.Reff sobre a nobreza da Rússia no XVIII. H. Rosenberg sobre a aristocratas e burocratas na Prússia. A. Daumard sobre os burgueses e a burguesia na França do XIX.

De fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de *elite*, uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros. Ao mesmo tempo evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre relações sociais de produção (HEINZ, 2006. SCOTT, 1996).

O sociólogo Giovanni Busino faz referência, quanto às elites, à minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente ou de qualidades adquiridas. O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (elite operária, elite de nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou mesmo a área na qual ela manifesta sua proeminência. No plural, *elites* qualificam todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade (BUSINO, 1992).

Trata-se, portanto, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos. Entende-se por esta palavra, dependendo do caso, “os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados ou os privilegiados e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o poder da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações. De fato, o termo elite aponta para uma vasta zona de investigação científica, cobrindo profissionais de política, empresários, legisladores etc e não evoca nenhuma implicação teórica particular” (HEINZ, 2006).

Procuramos nos ater, no presente texto ao estudo das elites de Cantagalo, na segunda metade do oitocentos. Para tanto utilizamos as listas anuais do Almanaque Laemmertz, os Registros Paroquiais de Casamento e Óbitos, os Inventários Pós-Mortem, algumas genealogias, os Censos demográficos, livros de viajantes, cronistas locais.

CANTAGALO iniciou seu povoamento em meados do século XVIII. Neste contexto, o conflito mais agudo que permeava a região se originava do confronto entre garimpeiros e comunidades indígenas, na disputa das terras. Em poucas décadas, com o processo de aldeamentos constatamos o deslocamento destas populações, abandonando progressivamente a região (VINHAES, 1992).

Por volta de 1784 já se formava um núcleo de povoamento, com cerca de 200 moradores, na região. Estes povoadores dos sertões de Macacu eram, principalmente, portugueses e alguns mineiros.

O Município de Cantagalo foi criado pelo Alvará de 9 de março de 1814, tornando o antigo arraial, em distrito das Novas Minas de Cantagalo. Chamou-se, então, Vila de São Pedro de Cantagalo, cujos limites iam do Rio Paraíba, na altura da serra dos Órgãos confrontando com Magé, Macacu, Mace e Campos, até alcançar o rio Paraíba, na divisa com Minas Gerais (VINHAES, 1992).

Das antigas lavras à criação do Município de São Pedro de Cantagalo passaram-se décadas, em que se produziu cereais, café, cana de açúcar, milho arroz, feijão, mandioca, batata doce.

A maioria de seus habitantes vivis fora da Vila “onde somente se reuniam aos domingos e dias de festa, para assistirem os ofícios divinos” (VINHAES, 1992 apud DIAS, 1988:19).

Na década de 1830, o povoado do distrito de Cantagalo contava, em seu território com cerca de 4.000 habitantes. Além do distrito, as freguesias de Sumidouro, Santa Rita e São Francisco de Paula se somavam com a Cantagalo, uma população de 12.0000.

Em 1809, John Mawe esteve em Cantagalo e constatou que a atividade mineradora já se esgotara, mas sua gente passava a se dedicar à agricultura. Chegou a comparar as fazendas da região “aos sorridentes vales da Inglaterra” (DIAS, 1988:28).

Em 1840, Tschudi já destacava a produtividade da região cafeeira. Nesta conjuntura favorável à exportação e produção do café, produtos de subsistência acabam sofrendo um recuo. A produção do milho, feijão, mandioca será prejudicada pela produção cafeeira (TSCHUDI, 1980).

O Perfil geral das elites

Chamamos de leites aos segmentos d sociedade local que se destacaram, enquanto homens-família, no agro fluminense na segunda metade do oitocentos.

Procuramos estabelecer uma relação entre a estrutura da produção local e este segmento social. Partimos do pressuposto de que a lógica da estrutura agrária fluminense, incorporando terra e trabalho, poderia explicar a dinâmica destas elites.

Um outro pressuposto norteador seria pensar a possibilidade de mais de uma elite, cujas dinâmicas se apresentassem, em determinadas circunstâncias, contraditórias, embora preservando a manutenção da desigualdade e da exclusão. Seriam elites que procuram

preservar a manutenção da estrutura produtiva. Poderíamos pensar numa sociedade que teria no lugar de status, poder e riqueza, homens que concentraram tais atributos, mas que tal dinâmica garantiu a manutenção da estrutura social. Fizeram circular entre suas mãos a virtualidade da mudança, mas alimentaram um modelo que se preservou, sustentando hierarquias sócio-econômicas.(PARETO Apud HEINZ, 1996).⁴

Senão vejamos, na segunda metade do dezenove, a escravidão apresenta sinais de declínio, com a extinção do tráfico intercontinental com a África. O sistema agrário fluminense tenderia ao declínio, na ausência de um de seus fatores constitutivos: o trabalho escravo.

A inversão maciça em terras e cativos forjou um perfil de elites que floresceu entre cafeeiros, moendas, pilões, engenhos, matas virgens, capoeiras e escravos.

Com o esgotamento da terra propícia para o crescimento do cafezal, diante de uma fronteira fechada, o que não eliminava o conflito e o foco de tensões, as elites locais vão se deparar com a urgência encontrar novas alternativas para sua reprodução (VINHAES, 1992.FRAGOSO, 1986).

Estes proprietários de terras e escravos, gradativamente, tendem a concentrar em suas mãos o acesso à terra, à escravaria e aos cargos públicos locais. É o caso de vários fazendeiros de café que acumulam cargos de juiz de paz, vereador, juiz de órfão, advogado ou delegado. Poderíamos, então, afirmar que status, riqueza e poder se reuniam em determinadas mãos, quando do apogeu da economia cafeeira local.⁵

Podemos citar o caso do Alferes – futuro tenente – Antonio Francisco França, que além de fazendeiro e proprietário de café e engenhos desempenhava as funções de Suplente de Vereador, Juiz Municipal de Órfãos, Juiz de Paz, no ano de 1863.⁶

Outro exemplo é o de Antonio Machado Botelho Sobrinho, que em 1854 era listado como fazendeiro. Após cinco anos, passa a desempenhar a função de Juiz de Paz e de Luiz de Órfãos, eleitor e vereador, além de fazendeiro de café. A família originária de Portugal teve como seu tronco João Machado Botelho (1761-1826). Natural da Ilha de São Jorge, nos Açores emigrou para o Brasil em 1786, radicando-se, inicialmente, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Roca do Alferes (hoje, Pati do Alferes). Estabelece-se em Cantagalo a partir de 1804 e, em 1809 funda a Fazenda Monte Alegre, depois chamada Fazenda da Torre (Cordeiro atual). Seus filhos, Antonio, João e Joaquim, posteriormente se tornaram

⁴ Referimo-nos à circulação das elites que preservam hierarquias sociais, poder e representação social.

⁵ Almanaque Laemmertz, (BN)

⁶ Almanaque Laemmertz, (BN)

proprietários de terras em Santa Maria Madalena, São Francisco de Paula e São Sebastião do Alto. Joaquim Machado Botelho tornou-se dono da fazenda Monte Verde, que lhe coube por herança de sua segunda esposa, Caetana Josefa da Conceição. A irmã de Caetana, Rosa Cândida de Jesus (1752-1834) e seu marido foram proprietários na região do córrego dos Índios. E as filhas do casal, Delfina Cândida Soares (1821-1862) e Joaquina Cândida Soares herdaram a propriedade denominada São Francisco do Córrego dos Índios.⁷

Outro exemplo é o de Francisco Ludolf, proprietário de café desde 1853. Detinha, em 1860, engenho de pilão em sua fazenda denotando que possuía máquina de beneficiamento de café. No ano seguinte, é listado Juiz de Paz e de Órfãos. Acumulava, portanto, cargos eméritos na localidade.

João guerreiro Bogado, fazendeiro de engenho em 1850, no ano seguinte já construíra seu terreiro de pedra e beneficiava seu café no sistema de estufa. Em 1861 recebe o cargo de Juiz de Paz, tendo sido eleito suplente de Vereador em 1865. Os Guerreiro Bogado eram descendentes de Francisco Guerreiro Bogado, natural de Alentejo. Este chegou ao arraial de Cantagalo em 1794 e se estabeleceu, posteriormente, em terras banhadas pelo córrego do Oliveira, afluente do rio Macuco.⁸

Este, entre inúmeros exemplos, nos aponta para as formas de concentração de riqueza, poder e status, no apogeu da economia cafeeira fluminense.

Havia, entretanto, um outro segmento destas elites locais, que ultrapassa a região de Cantagalo destacando-se por acumular fazendas de café, escravos e negócios no Município da Corte, além das atividades do agro de Cantagalo.

É o caso do Barão de Nova Friburgo, ou o Barão do Rio Bonito. Estas famílias da “*finis fluminense*” possuíam poder, fortuna e status que lhes garantiam acesso à Corte e ao mundo europeu. Era um segmento da elite vinculado à terra e detentor de muitos cativos e não tinham o que denominei, um perfil rústico. Eram famílias de “*fino trato*”, que circulavam nos salões da sociedade brasileira, convivendo com outros titulares do Império.⁹

Esta constatação nos permitiu apontar para um perfil segmentado das elites agrárias fluminenses, articulando poder local e nacional. O outro segmento fiaria circunscrito ao Município, mas com poderes locais que construíam as estratégias cotidianas de manutenção da ordem local.

⁷ Almanaque Laemmertz (BN) cruzado com Inventário Pós-Mortem (AJRJ)

⁸ Almanaque Laemmertz (BN) e Inventário Pós-Mortem (AJRJ)

⁹ Inventário Pós-Mortem de Antonio Clemente Pinto, 1873 (AJRJ)

Os exemplos acima podem ser complementados com o quadro geral da população livre de Cantagalo após 1850. Senão, vejamos:

Tabela 1: Quadro da população livre: Cantagalo 1850

FRG	BRANCO			ÍNDIO			PARDO			NEGRO			TOTAL	
	H	M	%	H	M	%	H	M	%	H	M	%	FRG	%
1	440	361	11,6	0	0	0,0	191	140	4,8	55	36	1,3	1223	17,7
2	686	573	18,3	7	4	0,2	258	182	6,4	40	25	0,9	1775	25,7
3	671	420	15,8	1	0	0,0	328	265	8,6	60	54	1,7	1799	26,0
4	659	582	17,9	0	0	0,0	435	369	11,9	36	20	0,8	2101	30,5
Total	2.456	1.936	63,6	8	4	0,2	1.212	956	31,7	191	135	4,7	6898	100,0

Fonte: Recenseamento da População do Rio de Janeiro in Relatório de Presidente de Província 1854
1. S.Sacramento 2. Stª Rita Rio Negro 3. N.S.Monte Carmo 4. S. Francisco de Paula

Em 1850 temos um total de 6.698 habitantes, nas freguesias de S. Sacramento, Santa Rita do rio Negro, Nossa Senhora do Monte do Carmo e São Francisco de Paula. Há um aumento significativo da população branca, se compararmos com o Relatório de Presidente de Província de 1840. Este aumento denota que Cantagalo, progressivamente, vai exercer atração sobre os cafeicultores. Podemos afirmar que há também um aumento significativo de escravos na região.

Em Relatório de Presidente de Província de 1851, Luiz Pedreira do Couro Ferraz comenta: “Fazendas há, no Município de Cantagalo especialmente, em que já se pode notar muito adiantamento já pela maneira porque são preparados os terreiros, já pelo emprego de diversas máquinas e estufas” (FERRAZ, Luiz, P. do C. Relatório Presidente de Província, 1851, RJ: BN).

Viajantes, cronistas, agentes estrangeiros explicavam em suas descrições sobre a região, a tendência progressiva à concentração de terras e fortunas derivadas da nova fonte de enriquecimento: a economia cafeeira.

E esta concentração de riqueza pode ser avaliada, segundo a Lista Eleitoral de 1856:

Tabela 2: Lista de votantes em Cantagalo 1856

LISTA DE QUALIFICAÇÃO DE VOTANTES EM CANTAGALO: 1856					
Faixas de Renda R\$		nº Votantes	%	Riqueza	%
100-	500	136	33,7	45:700	6,6
501-	1:000	108	26,7	69:200	10
1:001-	2:000	62	15,3	65:100	9,4
2:001-	5:000	61	15,2	162:000	23,5
5:001-	10:000	18	4,2	108:000	15,6
Mais	10:000	19	4,7	241:000	34,9
Totais		404	100	692:400	100

Fonte: Lista de Qualificação de Votantes de Cantagalo
Câmara Municipal 1856

Quando do recenseamento de 1872, temos o Quadro Geral da População de Cantagalo, considerando suas diversas Paróquias:

Tabela 3: Quadro geral da população livre: Cantagalo 1872

Paróquia	sexo	total	brancos	pardos	cabras	negros	solteiro	casado	viúvo
1	M	3061	2118	414	61	174,0	1743	1068	250,0
	F	2111	1850	182	12	87,0	1219	695	197,0
2	M	1270	727	372	3	168,0	1118	117	35,0
	F	616	378	160	2	85,0	493	79	44,0
3	M	1306	926	288	8	84,0	808	415	83,0
	F	931	569	258	7	97,0	562	224	85,0
4	M	1476	1001	293	6	176,0	826	453	197,0
	F	1286	908	250	4	124,0	720	399	167,0

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1872.

1. S.Sacramento 2. N.S. Conceição Duas Barras 3. Stª Rita Rio Negro 4. N.S. Carmo.

Pelo Quadro acima podemos chegar a algumas aproximações acerca da tendência geral da população branca voltada para o casamento, enquanto Registro Civil. Temos que, de um total de 7.123 homens livres, 2.053 são casados, portanto, um percentual de 28,8%. Entre as mulheres livres temos um total de 4.944, das quais 1.397 são casadas, perfazendo um total de 28,2%. Entre os homens livres solteiros temos um total de 4.495, perfazendo um total de 63,1% Quanto às mulheres livres solteiras, na Freguesia de Cantagalo, temos um total de 2.994, portanto, 60,5%.

Estes percentuais aproximativos nos demonstram que há um mercado matrimonial efetivo na região. Muitas mulheres e homens, teoricamente, estariam disponíveis para o matrimônio. Sem dúvida, esta população de mais da metade de homens e mulheres não poderia ser enquadrada como disponível para o casamento, uma vez que deveríamos deduzir os casamentos consensuais e as pessoas idosas, não mais disponíveis. Entretanto, grosso

modo, podemos apontar que há uma distribuição eqüitativa de homens e mulheres em Cantagalo de 1870, passíveis de matrimônio.

Ampliando esta amostragem podemos apresentar o Quadro Geral da População Livre, em relação à nacionalidade e ao grau de instrução. Esta busca da população livre em relação à nacionalidade brasileira ou estrangeira pretende se aproximar do universo que comporia o perfil da elite cantagalense.

Tabela 4: Quadro geral da população: nacionalidade e grau de instrução: 1.872.

FRG	SEXO		NACIONALIDADE		INSTRUÇÃO	
	M	F	BRASILEIRA	ESTRANGEIRA	LETRADOS	ANALFABETOS
1	3061	21111	2162	899	1062	1999
2	1270	616	1240	30	505	765
3	1306	931	959	347	479	817
TOTAL	5637	22658	4361	1276	2046	3581

Fonte: Recenseamento de 1872 (BN) OR-94 N/P p.59, p. 64 , p. 67

1.S.Sacramento 2. Santa Rita Rio Negro 3. N.S Conceição das Duas Barras

Tabela 5: População masculina Cantagalo: sexo, cor e estado civil:

Tabela 6: População masculina Santiago, 1850, por estado civil.												
Frg	BRANCO				NEGRO			CABOCLO			MESTIÇO	
	SOLT.	CASADO	VIUVO	SOLT.	CASADO	VIUVO	SOLT.	CASADO	VIUVO	SOLT.	CASADO	VIUVO
1	187	685	43	1738	139	3	76	9	0	1095	171	10
2	860	290	18	1121	74	5	41	7	1	483	73	3
3	1695	624	56	1244	100	8	44	2	2	216	186	24
	2732	1599	117	4103	223	16	161	18	3	1784	430	37

Fonte: Recenseamento 1890 p. 112 (IBGE)

1. S. Sacramento 2. Stª Rita Rio Negro 3. N.S Conceição Duas Barras

Tabela 6: População feminina Cantagalo: sexo, cor, estado civil.

FRG	BRANCA			NEGRA			CABOCLAS			MESTIÇAS		
	solteira	casada	viúva	solteira	casada	viúva	solteira	casada	viúva	solteira	casada	Viúva
1	1495	682	65	1482	135	17	86	10	0	996	180	23
2	636	258	36	1075	63	12	25	4	0	443	63	7
3	1141	578	104	1092	102	10	34	2	0	1068	198	50
total	3133	1518	205	3649	300	29	145	16	0	2512	441	80

Fonte: Recenseamento 1890 p.112 (IBGE)

1. S. Sacramento 2. Srª Rita Rio Negro 3. N. S. Conceição Duas Barras.

Analisando as tabelas 4, 5 e 6 que 31,5% da população masculina é branca e solteira, em 1890, na região. A população negra está próxima deste percentual com 29,2%.

Entre as mulheres brancas, solteiras temos um percentual de 26% da população local. A população negra feminina perfazia 12,6%.

Os homens casados brancos somam 11,4% dentro da população masculina em 1890, na região. Entretanto, os casados negros somente chegam a 2,4% da população negra, masculina.

As mulheres casadas brancas somam 12,6%. As negras casadas somam 2,5%.

Podemos afirmar que em Cantagalo não ocorre uma corrida aos casamentos da população negra, após a abolição.

Os casamentos legítimos, entretanto, para a população branca das elites representam garantia de estabilidade econômica e social.

Lévi-Strauss aponta para o conjunto de regras observáveis do matrimônio. Que representam maneiras de assegurar a circulação das mulheres no seio do grupo social, substituindo um sistema de relações consangüíneas, de origem biológica, por um sistema sociológico de alianças. Segundo o autor, as regras do casamento e os sistemas de parentesco explicariam um tipo de linguagem destinada a assegurar entre os indivíduos e os grupos, um certo tipo de comunicação (STRAUSS, 1970).

Em 1890, de um total de 14.059 homens livres temos o percentual de 31,5% de brancos solteiros. Entre as mulheres livres brancas, de um total de 12.039 pessoas, temos o percentual de 26% de solteiras.

Tabela 7: Nacionalidade - Cantagalo : 1890

PRQ	BRASILEIRO		ESTRANGEIRO		TOTAL
	H	M	H	M	
1	5.239	4.719	609	413	10.980
2	2.388	2.143	583	384	5.503
3	5.019	4.311	185	69	9.584
TOTAL	12.646	11.173	1.382	866	26.067

Fonte: Recenseamento 1890, IBGE

1.S. Sacramento 2. Stª Rita rio Negro 3. N.S Conceição Duas Barras

Pela tabela 7 constata-se que, 90,6% da população local são compostas por brasileiros, na década de 1890. Portanto, podemos estimar que a as elites locais sejam, predominantemente, brasileiras.

No mesmo período, em Paraíba do Sul, num total de 27.351 almas, em 1890, 26.740 eram brasileiros (97,7%). É um perfil próximo do da nacionalidade das almas cantagalenses (91,3%).

Ambos os municípios estiveram marcados pelo cultivo do café nos séculos XVIII-XIX. O declínio da economia açucareira deixou como legado uma população brasileira em suas regiões.

Família e Elites em Cantagalo

Podemos visualizar a composição geral da população de Cantagalo, para construirmos o perfil da elite local, mais especificamente.

Pensar a FAMÍLIA como locus privilegiado de produção e reprodução da elite nos possibilita identificarmos a dinâmica vivida, no tempo, por estes homens de poder, status e fortuna.

Muitos estudos recentes têm investigado os mecanismos de reprodução da família e de seus bens acumulados, ao longo do oitocentos.

Sem dúvida, o casamento católico era o único considerado válido pelas leis civis, não somente as portuguesas, como as brasileiras, mais tarde.

Considerando que nem todas as pessoas estavam referenciadas à Igreja, sem dúvida, podemos argumentar que, em se tratando das elites do Império, os casamentos católicos tinham peso significativo.

As elites agrárias fluminenses não fugiram aos ditames da Igreja, na obtenção de reconhecimento social. A busca da legalidade das uniões matrimoniais aproximou-se, de um lado da Legislação Civil vigente e de outro, da aceitação da Igreja.

As Ordenações Filipinas vigiram, enquanto corpo jurídico, desde o período colonial (1603). Estas leis civis não se voltavam especificamente para o enlace matrimonial, mas tratavam de seus aspectos pecuniários e penais. Segundo Grinberg (GRINBERG, 2001) nenhum código civil se faz de um dia para a noite, embora no Brasil este processo foi bastante demorado. Entretanto, se este Código não contempla os seus habitantes, aqueles capazes de constituir direitos e obrigações civis, as discussões se tornam infundáveis.

O século XIX conviveu com pessoas que adquiriam contratos de compra, venda, aluguel, trabalho que não dispunham dos direitos correspondentes. Muitas mulheres casadas geriam fortunas sem ter o livre direito de fazer seus testamentos. Elas e muitos outros não tinham seus casamentos reconhecidos pelo Estado, já que não se casavam na Igreja católica.

Daí que concentrar direitos, privilégios e bens era um mérito de poucos, que desfrutavam de benesses inatingíveis por muitos (GRINBERG, 2001).

Por exemplo, os livros quarto e quinto das Ordenações Filipinas abordavam as matérias comerciais e penais, respectivamente. No livro quarto encontramos os títulos referentes à propriedade dos bens do casal, ao sistema dotal e à herança. A instituição da meação, que aparece, sistematicamente, nos inventários do século XIX garantia a metade da herança para o cônjuge que sobrevivesse à morte de seus parceiro. A outra metade passava pelo processo de partilha equânime entre os herdeiros legítimos (BRUGGER, 1995).

Os inventários pós-mortem ratificavam uma aceitação social, sem exigência de prova testemunhal ou documental da contratação do matrimônio. O reconhecimento social garantia a partilha e a meação. Portanto, preservava fortunas na família.

O casamento era considerado, pela legislação civil, como um contrato e como tal, a preservação dos nubentes de estirpe, “da fina flor” era da alçada do poder real.

Nenhuma das partes deveria se sentir lesada quando da aceitação do contrato matrimonial.

Por outro lado, a associação do casamento civil à Igreja dava-lhe um estatuto de legítima controladora da vida familiar, regrada e aceita socialmente.

Sheila Faria ressalta como a constituição da família era condição necessária na garantia da legitimidade dos filhos que, nas regiões agrárias era valorizado e desejado, enquanto símbolo de estabilidade social. Entretanto, várias uniões consensuais se procederam, mesmo entre pessoas de prestígio social. Atribui ao fato de que as oscilações de riqueza e prestígio social. Atribui ao fato de que as oscilações de riqueza e prestígio que marcaram esta sociedade, explicariam os “casamentos de consciência” celebrados ao longo do século XIX (FARIA, 1994).

A geografia do mercado nupcial

A escolha do cônjuge no estabelecimento do contrato matrimonial passou por vários fatores. Algumas aproximações podem ser tentadas ao se considerar que estamos tratando das elites agrárias fluminenses, da segunda metade do dezenove. Este recorte possibilita a reconstrução de um contexto histórico.

Com o levantamento dos Registros Paroquiais de Casamento em Cantagalo, entre 1850-80, algumas considerações podem ser levantadas.

Tabela 8: A origem dos noivos da elite de Cantagalo 1850- 80

Noivos

década	Cantagalo	%	Região	%	Portugal	%	Outros	%	total
1850	34	25,5	6	4,5	29	21,8	40	30	109
1860	38	32,2	15	12,7	28	23,7	32	27,1	113
1870	35	47,9	10	13,6	21	28,7	5	6,8	71

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento 1850-80

Noivas

década	Cantagalo	%	Região	%	Portugal	%	Outros	%	total
1850	84	63,1	4	3	4	3	13	9,7	133
1860	77	65,2	9	7,6	9	7,6	14	8,4	118
1870	57	78	9	12,3	3	4,1	2	2,7	73

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento 1850-80

Estes dados da tabela 8 foram selecionados entre os Registros de Casamento de Cantagalo, levantados na sua íntegra, nos estudados. Sua seleção seguiu o critério de identificação dos nomes que estivessem listados no Almanaque Laemmertz ou como os titulares, ou seus filhos, ou seus pais, ou seus viúvos. Esta opção nos pareceu ser o melhor caminho para a busca do NOME, como trajetória de investigação. Ainda que o Almanaque possa ser visto somente uma listagem sócio-profissional podemos utilizá-lo, cotejando-o com inventários pós-morte. Os nomes examinados ano a ano podem nos dar uma boa trajetória de determinadas pessoas na região.

As figuras de destaque estão nestas Listagens enumeradas, demonstrando a diversidade de atividades que desempenham.

Foram selecionados 324 registros de casamento.

A origem dos noivos provenientes da própria região de Cantagalo se avolumou ao longo das décadas levantadas (25,5%; 32,2%; 47,9%). As noivas, por sua vez, eram predominantemente originárias de Cantagalo (63,1%; 65,2%; 78%).

Considerando que a tendência das elites será de registrar seu casamento, como instrumento seguro para a consolidação e transmissão de status, prestígio e fortuna, podemos afirmar que, as uniões matrimoniais das elites, cujo ritual se deu em Cantagalo foram levantadas. Sem dúvida um levantamento que se inicia em 1850 pode perder registros importantes emitidos em décadas anteriores, entretanto, estes dados podem ser muito úteis à reconstituição das famílias.

Com relação à tabela 8 podemos afirmar que, deste universo selecionado, os noivos provenientes de Portugal somam 21,8%; 23,7% e 28,7% respectivamente a cada década. Houve uma ligeira elevação de noivos originários de Portugal, neste período. Entretanto, a década de 1870 recebera um fluxo significativo de imigrantes portugueses para a região, que se distribuíram por todas as faixas da hierarquia social local. O quadro abaixo nos dá este movimento de chegada de portugueses que se casam em Cantagalo.

Tabela 9: A origem da população livre: Cantagalo

Noivos

década	Portugal	%	Brasil	%	outros	%
1850	74	26,5	185	66,3	20	7,1
1860	91	30	184	62,5	19	6,5
1870	97	37,1	160	61,3	4	1,5

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento. Cantagalo 1850-80

Noivas

década	Portugal	%	Brasil	%	outros	%
1850	15	5,6	244	91	9	3,4
1860	30	10,5	251	87,8	5	1,7
1870	16	6,7	220	93	17	7,2

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento. Cantagalo 1850-80

Comparando as tabelas 8 e 9 podemos deduzir que, na década de 1850 26,5% de todos os casamentos feitos e registrados em Cantagalo se deram com noivos portugueses, enquanto que somente 5,6% das noivas eram portuguesas. Nas décadas subseqüentes há um aumento de noivos provenientes de Portugal (30% e 37,1%). Entretanto, entre os que chegam de Portugal para a região, no segmento de elite não há nenhum aumento significativo e a faixa de casamentos permanece em torno dos 20%. Portanto, os noivos que disputaram as donzelas no mercado matrimonial da elite local permaneceram na mesma faixa percentual. Não houve aumento significativo que acompanhasse, na faixa da elite, a entrada maciça de portugueses imigrantes. Deduz-se que muitos destes jovens que vieram de Portugal, chegando a se casar em Cantagalo eram imigrantes pobres.

As noivas, por outro lado, eram predominantemente brasileiras (91%; 87,8% e 92,8%), nas respectivas décadas, sendo que as noivas das elites eram, não somente brasileiras, mas nascidas na freguesia de Cantagalo ou imediações, como se pode constatar (63,1%; 65,2%; 78%).

Somando-se o percentual de noivos das elites originários de Portugal, com os provenientes de outras regiões do Brasil ou vindos de outros países da Europa podemos

estimar um total de 77,1%; 63,5% e 39,1%. Houve, portanto, um decréscimo de noivos imigrantes chegando ao mercado matrimonial local, ao longo das décadas citadas. Presume-se que a tendência das famílias foi de enraizamento da elite. Esta passou a ocupar a terra, acumular cargos importantes sem gerar grandes atrativos para novos pretendentes na região. Podemos associar esta tendência ao declínio da produção cafeeira local, afastando virtuais noivos interessados em noivas detentoras de terras e escravos. Estas constatações decorrem de pesquisa anterior, onde se constata a tendência da concentração da terra e da riqueza local, através dos Registros de Terra e das Listas do Almanaque Laemmertz, levantadas ano a ano entre 1850-90 (VINHAES, 1992).

Podemos mesmo afirmar que, os homens da elite desempenharam cargos variados na política, na administração local, na justiça e na sociedade e que acumulavam terras e escravos, até o processo de abolição.

Observamos que, a partir das Listagens analisadas entre 1850-65 somando 1728 nomes, somente 70 eram somente negociantes e, dentre estes, muitos aparecem somente uma ou duas vezes em 15 anos. Presume-se que estes negociantes devem ter se transferido para outro município, ou mudaram de atividade profissional.

Podemos pensar que, mesmo que estes negociantes continuassem no mesmo ramo de atividade e residindo no local acabaram sendo diluídos entre aqueles cujos negócios não foram adiante e sequer foram mencionados nas Listagens. Provavelmente empobreceram.

Portanto, podemos afirmar que, de 1850-65, o perfil das elites locais era predominantemente constituído de proprietários de terras e escravos.

Outra reflexão que podemos fazer refere-se à geografia do mercado matrimonial. As noivas não saem da região em que nasceram, mesmo após o casamento, entretanto, os filhos homens da elite local se deslocam para outras regiões.

Constatamos uma discrepância muito grande entre o número de mulheres e de homens que se casam onde nasceram. Esta constatação nos encaminha para a constatação de que os homens jovens, filhos das elites, abandonam a região para se casar. Trata-se de fugir aos casamentos endogâmicos e de ocupar novas terras em regiões onde ainda não se constatava fronteiras fechadas.

Tabela 10: Grau de consangüinidade entre a elite local

década	consangüíneas	casamentos
1850	18	133
1860	16	118
1870	12	73

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento. Cantagalo 1850-80

A tabela 10 nos demonstra os baixos índices de casamentos consangüíneos entre a elite local. Na década de 1850 13,5% se configuraram como casamentos na mesma família e nas subseqüentes temos os percentuais de 13,5% e 16,4% respectivamente.

Cruzando estes dados com o da média de filhos dos casais da elite local, recuperados com a análise de 21 inventários pós-mortem, num total de 152 filhos de ambos os sexos chegamos à estimativa de 7,2 filhos por casal.

Destes 21 inventários extraímos de 18 a discriminação dos sexos dos filhos, que perfizeram um total de 68 homens e 68 mulheres coincidentemente. Ora, ainda que com algumas variáveis, estes filhos chegam ao mercado matrimonial local, numa equivalência entre homens e mulheres. Se os casamentos registrados apresentam uma discrepância tão grande entre noivos e noivas na localidade deduz-se que, ou os noivos se deslocavam para outras regiões, ou se tornavam celibatários, ou estabeleciam relações consensuais – o que foge ao perfil das elites - ou morrem.

A Morte das Elites Locais

Para avaliarmos a incidência de mortes entre as elites locais trabalhamos os Registros de Óbitos entre os filhos das elites locais. Para tanto levantamos a incidência dos óbitos entre as elites, distribuindo-os por faixa etária e a seguir pela idade média dos óbitos ocorridos entre 1859-88. A seguir levantamos os óbitos dos solteiros entre as elites. Podemos observar os percentuais, a seguir:

Tabela 11: Óbitos da elite de Cantagalo – faixa etária

adultos				jovens				crianças				total
homem	%	mulher	%	homem	%	mulher	%	homem	%	mulher	%	100
84	33	46	18,1	6	2,4	6	2,4	41	16,1	54	21,3	254

Fontes: Registros Paroquiais de Óbitos Cantagalo: 1859-1888
11 óbitos s/ idade 6 óbitos / sexo incluídos no total

Podemos observar que há uma incidência de óbitos entre os adultos. Esta amostragem pode explicitar os idosos que em média morrem aos 50 anos. Há também uma incidência significativa de crianças, e entre elas, as meninas morrem mais do que os meninos. Esta tabela se explica, em parte na tabela 12, quando levantamos a idade média dos óbitos entre as elites.

Tabela 12: Idade média dos óbitos da elite: Cantagalo

adultos				jovens				crianças			
m/ H	total	m/M	total	m/H	total	m/M	total	m/H	total	m/M	total
50,7	82	45,7	41	17,5	2	16,5	8	2,8	41	2,3	43

Fonte: Registros Paroquiais de óbitos Cantagalo; 1859-1888

Óbitos adultos: Masculino/ idade:2 Feminino s/ sexo :7

Óbitos crianças: recém nascido s/ sexo: 9; feminino s/ idade: 4; masculino s/idade: 5

Óbitos s/ referência idade/cônjuge/pais: 10

Pelos dados acima podemos deduzir que a idade média das mortes da elite masculina girava em torno dos 50 anos e da feminina, por volta dos 45 anos.

Entre as crianças de menos de 14 anos, a média de idade dos falecimentos girava em torno dos 2 anos e meio. Em sua grande maioria as crianças faleciam até os 3 anos de idade.

De um total de 254 óbitos, 33% reflete a mortalidade infantil (16,9% eram meninas e 16,1% eram meninos).

Entre a população que morre celibatária, temos o seguinte quadro:

Tabela 13: Óbitos entre os solteiros da elite de Cantagalo

homem	%	mulher	%	total	%	Soma
19	7,5	10	3,9	29	11,4	254

Fonte: Registros Paroquiais de Óbitos, Cantagalo 1859- 1888

Portanto, a população da elite que morre solteira não ultrapassa os 11,4%. Consideramos solteiros os que morrem com idade acima de 14 anos. Destes, 7,5% compõem o universo de homens que morrem sem se casar, em comparação com 3,9% de mulheres que não se casam. Muitas destas morrem solteiras e jovens.

Destes quadros acima podemos fazer algumas inferências.

Entre a elite, a população adulta masculina é a que apresentam o maior índice de mortes com idade de 50 anos. Entre os jovens, os rapazes representam maior índice de morte. Não pudemos precisar as causas recorrentes destas mortes, pois um número muito baixo de Registros esclarece a “causa mortis” e, quando o fazem, sus descrição é bastante duvidosa. As raparigas parecem mais protegidas do que os rapazes da morte na juventude.

O percentual de óbitos infantis, mesmo entre a elite é bastante alto, girando em torno de 37,4%. Somando os óbitos das crianças e dos jovens, temos uma população de 53,6% que não chega sequer ao casamento, como decorrência de morte. Presume-se, portanto, que este grupo é incapaz de reproduzir a própria elite.

Por outro lado, a média de filhos da elite girando em torno de 7 filhos parece corrigir os óbitos que incidem sobre si.

A elite rústica

Arbitramos denominar um segmento da elite como rústica por se tratar de famílias que partilhando das fortunas locais, dos cargos de poder e prestígio circulam em um âmbito restrito ao da própria região, não só pelas estratégias matrimoniais, como pelo acesso aos cargos públicos existentes.

Poderíamos dizer que são famílias reconhecidas pela sociedade local, que participam, como testemunhas (compadrio), dos casamentos da elite, que oferecem suas fazendas e capelas para a celebração do ritual do casamento, que desfrutam de títulos de mérito, que possuem extensa escravaria e que casam seus filhos com famílias da elite local.

Podemos citar o exemplo de João Guerreiro Bogado, casado com D. Maria Justina da Purificação. Um de seus filhos, Jozé Guerreiro Bogado casa-se com D. Querubina Angélica Vieira (09.09.1854). Os noivos são nascidos e batizados na Freguesia de Cantagalo. D. Querubina é filha de Paulo Vieira de Carvalho e Souza e de D. Rita Angélica da Fonseca, fazendeiros de renome local. Ambos são tidos como filhos legítimos. Do casamento dos jovens, participam como testemunhas João Lopes Martins, Antonio Luís Ribeiro e Luís Vieira de Carvalho, homens de destaque local.

Passados quatro anos, João Guerreiro Bogado casa sua filha, Maria Luiza de Figueiredo, com Francisco Luís da Silva Freire Junior. Ambos são filhos legítimos, nascidos e batizados em Cantagalo. O noivo é filho do Sr. Francisco Luís da Silva Freire e de D. Guilhermina Umbelina da Encarnação (falecida).

Quando a jovem Maria Luiza se casa, seu pai já estava viúvo. Como testemunhas de seu casamento se apresentam o Comendador Joaquim José da Silva, o Capitão João Lopes Martins Junior e o Sr. Plácido Lopes Martins.

Outra filha de João Guerreiro Bogado casa-se com Coletto da Silva Freire (23.06.1860). Ambos são filhos legítimos. O noivo é filho do Comendador Manoel Joaquim da Silva Freire e de D. Cândida Freire (falecida). Ambos eram nascidos e batizados na Freguesia de Cantagalo.

No ano seguinte, outro filho de Bogado, casa-se aos 25 anos, com D. Ambrosina Maria de Magalhaens (25.04.1861), filha de Francisco.

Essa pequena amostragem, de uma parte da trajetória da família Bogado elucida bem os acordos matrimoniais entre os pares da elite rústica. Estas famílias que participaram do acordo matrimonial de seus filhos têm algumas características recorrentes, que nos possibilitam generalizações. São famílias de prestígio, poder e fortuna local. São tradicionais proprietários de terras e escravos, sedimentados na região desde 1850 e seus filhos nasceram e se batizaram em Cantagalo.

Dos noivos que permanecem na região, temos o exemplo de Coletto Antonio da Silva Freire, que em 1862 aparece listado no Almanaque Laemmertz iniciando uma unidade produtiva. Após quinze anos, Coletto e família são reconhecidos como fazendeiros de café em Santa Rita do Rio Negro. Nesta época, desempenhava o papel de Juiz de Paz e suplente de Subdelegado. Portanto, João Bogado não teve do que se arrepender em ter escolhido este genro promissor.

A neta do Capitão João Lopes Martins – Ambrosina – se casa com Francisco, outro filho de João Bogado. O filho do Capitão João Lopes Martins – Joze - se casa com D. Eulália Lopes Martins, filha de João Guerreiro Bogado.

De outra feita, Jose Guerreiro Bogado, filho de Bogado, desde 1857 aparece listado no Almanaque. Inicialmente aparece como fazendeiro sem engenho, o que no ano seguinte vira engenho de ripas e dois anos depois, em 1859, já aparece como fazendeiro de café, dono de engenho de pilão e de terreiro de pedra, mantendo-se como fazendeiro bem sucedido, pelo menos até 1865, limite do nosso levantamento.

Francisco Luís da Silva Freire Junior, genro de Bogado, que havia casado com Maria Luiza em 1858, aparece listado, em 1861, como fazendeiro de engenho de ripas e de café.

Os pais e Coletto e de Francisco – Manoel e Francisco – casam seus filhos, que são primos entre si, com duas irmãs Bogado.

Recuperamos as estratégias matrimoniais destas famílias, cruzando registros de casamentos, óbitos, inventários pós-morte e a listagem do almanaque Laemmert.

Outras famílias também foram resgatadas com estratégias que se assemelhavam às citadas, o que nos parece ser um perfil recorrente desta elite: casa determinadas famílias com outras afins, dentro de seus segmentos.

Pretendemos exemplificar esta teia de relações que acabam se imbricando entre algumas famílias da elite agrária.

A elite cortesã

Utilizamos o conceito de elite cortesã para explicar o segmento local que não se enquadra às características recorrentes da elite rústica.

Segundo Thompson, a “formação de um sistema cortesão é sempre um passo preliminar decisivo na transição gradual de uma tribo em direção a uma ordem feudal. Constitui o rompimento crítico com um sistema social, regido por relações de parentesco: o cortejo seria definível como um a elite que irrompe através da solidariedade parental, substituindo as relações de lealdade convencionais, pelas biológicas. Assinala a morte do sistema de clãs. Trata de emergência de uma aristocracia feudal completamente formada e com seu sistema de parentesco próprio” (THOMPSON apud ANDERSON, 2004:104).

Não se trata de utilizar o conceito em todas as suas nuances, mas de pensar um sistema cortesão, que se funda nas relações de solidariedade, mas inova suas estratégias.

No caso deste segmento da elite podemos apontar como um desdobramento do segmento rústico. Não se limita ao termo de um município. São famílias que possuem terras e escravos em Cantagalo, mas superam seus limites, se expandem pela redondeza e têm acesso a famílias de outras províncias do Império. Seu circuito de relações atinge o município da Corte e os salões do Império.

O exemplo mais evidente foi o da família Clemente Pinto. O patriarca, Antonio Clemente Pinto tinha suas raízes em Portugal. Neto de João Clemente Pinto e de D. Maria Gonçalves e filho de Manuel Jose Clemente Pinto e de D. Luiza de Miranda, Antonio Clemente Pinto casa-se com D. Laura Clementina da Silva Pinto. Deste casamento nascem dois herdeiros homens: Bernardo e Antonio.

Bernardo casa-se com D. Ambrozina Leitão da Cunha (viúva de James ou Diogo Archibald Campbel). D. Ambrozina era filha do Dr. Ambrosio Leitão da Cunha (Barão de

mamoré) e de D. Maria Jose da Gama e Silva (irmã da Baroneza de Souza Franco). As irmãs descendiam da linhagem dos Távoras.

Pois bem, Antonio Clemente Pinto casa-se com d. Maria Fernandes Chaves, filha do Barão de Quarain e de D. Maria Jose Machado Chaves. Bernardo Clemente Pinto recebe o título de 2º Barão de Nova Friburgo e com D. Ambrozina tem seis filhos. Destes seis filhos, Braz de Nova Friburgo casa-se com D. Maria Jose de Souza Dantas. Sua irmã Laura de Nova Friburgo casa-se com o Dr. Fernando de Souza Dantas. Dois irmãos que se casam com duas irmãs da família Souza Dantas. Luiz Rodolfo de Souza Dantas, filho do Dr. Fernando e de D. Laura casa-se com Cecília Maria Amália de Souza Dantas, filha de Jose Pinto de Souza Dantas. Bem esta teia de relações abriga, também, Antonio, filho de Antonio Clemente Pinto e de D. Maria Fernandes Chaves, que por sua vez, se casa com Georgina Darrique Faro, neta do 3º barão do Rio Bonito. A irmã de Antonio, Alice Clemente Pinto se casa com Rodolfo Epifanio de Souza Dantas. São relações que se ramificam e se encontram com ilustres figuras do Império.

Esta família, embora possuidora de 11 fazendas, somente em Cantagalo, estendendo suas propriedades por S. Fidélis, Nova Friburgo e Rio de Janeiro (palácio do Catete) tem um largo espectro de relações que difere das da elite rústica.

Esta elite se articula com outras esferas do agro fluminense e não se casa com famílias de Cantagalo. São outras as suas estratégias matrimoniais. Compartilha do poder com homens muito ricos e poderosos. Frequentemente mora no município da Corte onde detém fortuna, mas tem um braço na lavoura do café.

Considerações Finais

São muitos os trabalhos que se voltam para a pesquisa das elites. Procuramos apontar algumas características das elites agrárias fluminenses, na investigação inicial que nos instigou para este estudo, qual seja, identificar estratégias utilizadas pelo “eleitos” para a sua produção e reprodução, como setor dominante da sociedade, no contexto do oitocentos.

Podemos apontar que as elites agrárias fluminenses passaram pelos traços estruturais da formação das áreas de fronteira agrícola, ou seja, progressivamente ocuparam as terras disponíveis e produtivas do agro fluminense. Esta região delimitada se encontrava, inicialmente, ocupada por comunidades indígenas, que foram progressivamente expulsas, por

portugueses e mineiros voltados para atividade do garimpo e provenientes das áreas da mineração.

O povoamento inicia-se com as lavouras de subsistência que, aos poucos vão passando a conviver com as plantações de café que se implantam na região. Dentro da lógica do sistema agrário fluminense, em meados do oitocentos, Cantagalo já apresentava uma elite que concentrava terras e escravos, acumulando fortuna progressivamente.

Suas fortunas se acumularam baseadas na concentração de terras férteis, de matas virgens, de cafeeiros de diversas idades e de uma escravaria jovem e produtiva. Apesar dos obstáculos inerentes à extinção do tráfico podemos afirmar que se manteve o fluxo seletivo de cativos para a região.

Estes fazendeiros de café e escravos desenvolveram a tendência de acumular em suas mãos cargos públicos diversos que lhes garantiram poder e prestígio, na localidade e no município da Corte.

Procuramos demonstrar, no texto, algumas estratégias matrimoniais recorrentes que utilizaram para sedimentar seu poder local. Como demonstramos, a população livre, branca, católica foi capaz de enriquecer entre florescentes cafeeiros, casando-se dentro de determinadas linhagens, partilhando suas fortunas entre seus herdeiros.

Identificamos uma movimentação de noivos das elites que chegaram ao mercado matrimonial local disputando noivas “sedentárias”, que receberam candidatos provenientes de outras regiões. As mulheres eram predominantemente da região, enquanto seus noivos, muitas vezes, chegavam para se estabelecer na região.

Em contrapartida, os jovens filhos das elites, solteiros provavelmente vão buscar em novas regiões suas virtuais parceiras. Concordamos com Metcalf, quando afirma uma dinâmica movimentação de jovens rapazes em busca de novas regiões para fundar seus fogos (METCALF,1983). Como nos aponta a autora, possivelmente para corrigir a equanimidade das partilhas e fundar novas fortunas.

Nossa investigação nos aponta para uma constatação expressa na região, de que o percentual de jovens mulheres e homens, em meados do oitocentos era proporcional. Os casamentos, entretanto, ocorrem com mulheres próprias da localidade com homens que vêm de outras localidades. Se houve um excedente de jovens rapazes, disponíveis para o casamento, presume-se que estes se deslocaram para outras regiões.

O “estrangeiro” que vai se enraizando na região é proveniente de outras localidades, mas são principalmente brasileiros. Constatamos que estas elites fluminenses são brasileiras,

embora com eventuais raízes em Portugal. O percentual de estrangeiros não excede os 20%, no período estudado.

Os óbitos entre as elites são bastante elevados, como constatamos, o que pode explicar a alta taxa de natalidade. Um dado interessante observado é que muitos irmãos recebem o mesmo nome de outros, falecidos. Dá-nos a impressão de seria a reposição pela perda de descendentes. E muitas crianças da elite morrem antes de completar os 3 anos, conforme constatamos, pelos dados levantados.

A idade média dos óbitos masculinos adultos gira em torno dos 50 anos. Entre os jovens solteiros da elite, que não chegam sequer ao matrimônio, temos um total de 11,4% do grupo selecionado. Estes não contribuíram para a reprodução de seus pares. Este grupo se restringe aos que superaram a morte em criança, mas permaneceram solteiros, pelos dados levantados.

Não contamos com o levantamento de batismos, mas pelos levantamentos dos inventários selecionados entre as elites, a taxa de natalidade é bastante alta, o que nos permite apontar para a correção dos óbitos, pelo grande número de nascimentos.

Apontamos para o que denominamos, a segmentação das elites. Acreditamos que estudos nesta direção podem iluminar estratégias específicas para cada grupo. Pode-se pensar em estratégias matrimoniais diversas na busca de formas de reprodução de fortunas, poder e prestígio. Pensamos que pode haver conflitos e tensões entre os segmentos destas elites agrárias. Não tão profundos que apontem para rupturas na estrutura da sociedade, com a qual construíram suas identidades, da qual se beneficiam e aos seus herdeiros. Estas futuras investigações podem iluminar as formas de acesso e de manutenção de fortunas, de poder e de prestígio.

Bibliografia

- ALBERTONI, Ettore A. A Doutrina da Classe Política e teoria das Elites. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.
- ANDERSON, Perry. Linhagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRÜGGER, Silvia M. J. Valores e Vivências Matrimoniais. O Triunfo do Discurso Amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750- 1888). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1995
- BUSINO, Giovanni. Elites et élitisme. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- DIAS, Acácio F. Terra de Cantagalo. Rio Bonito: Artes Gráficas Cantagalo Ltda, 1980.

FARIA, Sheila de C. A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (sudeste, século XVIII). Tese Doutorado. Niterói:UFF,1994.

_____. *Caminhos e descaminhos do café: fortuna, família e estratégias matrimoniais em Bananal no século XIX in: CASTRO, Hebe M. M.&SCHINOOR, E. Resgate: Uma Janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.*

FRAGOSO, João Luís. R. Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920. Dissertação Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

_____. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790- 1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. *A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. In Revista Brasileira de História. São Paulo, vol 6, nº12. p 125-150, Mar/Ago, 1986.*

_____. ALMEIDA, Carla M.C. SAMPAIO, Antonio C. J. (Org.) Conquistadores& Negociantes: História das Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa. séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. A Micro-História e Outros Ensaios. Lisboa: Rio de Janeiro:Difel: Bertrand Brasil, 1991 pp169-178.*

GRINBERG, Keila. Código Civil e Cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

HEINZ, Flávio. (Org.) Por outra História das Elites. Rio de Janeiro:FGV, 2006.

LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro 7, 1970.

METCALF, Alida C. Families of Planters, Peasants and Slaves: Strategies for Survival in Santana de Parnaíba. Brazil 1720-1820. Texas: University Microfilms Internacional, 1983.

MUNIZ, Célia M. L. Os Donos da Terra; um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX. Dissertação de Mestrado. Niterói:UFF, 1979.

Tchudi, J.J. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Belo Horizonte:Itatiaia, São Paulo:Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

VINHAES, Eliana. Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro:UFRJ, 1992.